

**A PERCEÇÃO SOBRE A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA
EM PORTUGAL: PERSPETIVA DE ESTUDANTES DE MESTRADO EM
AUDITORIA**

Lucas Rodrigues

Mestrando do ISCAC Coimbra Business School
Instituto Politécnico de Coimbra

Fernanda Alberto

Professora do ISCAC Coimbra Business School
Instituto Politécnico de Coimbra

Área temática: A) Información Financiera y Normalización Contable

Palavras-chave: ética; manipulação da informação financeira; perceção sobre manipulação.

A PERCEÇÃO SOBRE A MANIPULAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA EM PORTUGAL: PERSPETIVA DE ESTUDANTES DE MESTRADO EM AUDITORIA

Resumo

Este trabalho tem como objetivo conhecer as perceções sobre a manipulação da informação financeira por parte daqueles que serão os futuros profissionais de auditoria, neste caso, dos alunos de mestrados em auditoria. Para o efeito foi elaborado um questionário baseado no estudo de Bruns e Merchant (1990), no qual se solicitou aos inquiridos a apreciação de várias práticas, através de uma escala de Likert de cinco pontos, de “prática ética” a “totalmente antiética”. Os resultados obtidos foram comparados com os de outros estudos, observando-se um certo paralelismo na classificação média das respostas. Verificou-se não existirem evidências suficientes para confirmar uma relação entre a tipologia de resposta e o género do inquirido, assim como com a experiência profissional.

Palavras-chave: ética; manipulação da informação financeira; perceção sobre manipulação.

1. Introdução

A manipulação da informação empresarial, em especial a de cariz financeiro, não é uma realidade nova, mas permanece atual. Decorreram vários anos desde os importantes escândalos contabilísticos e de auditoria mundiais do início do corrente século, que abalaram a confiança dos mercados, de instituições e de todos os *stakeholders* e, mesmo assim, com todas as auditorias a que as empresas são sujeitas, hoje em dia, continuam a aparecer “buracos financeiros”, que tudo têm a ver com a (não) qualidade da informação financeira.

Quando não existe qualidade na informação financeira, é sinal de que há manipulação. Esta aparece tanto no menor registo contabilístico, como no facto de haver empresas com pelo menos dois balanços (Nogueira, 2014). Soa a uma realidade distante, mas acredita-se que existe manipulação de informação financeira em muitas empresas e não é necessário sair de Portugal para identificar casos. O “buraco” da Madeira, o caso BES, o caso BPN são alguns casos que originaram pesados encargos para os contribuintes portugueses.

A problemática da manipulação da informação financeira, que não é recente, tem estado presente em vários estudos. Estuda-se a sua existência, as razões da sua existência, como é realizada, as suas consequências. No entanto, são poucos os estudos que partilham as perceções dos intervenientes.

O presente estudo pretende conhecer as perceções dos futuros profissionais. Os estudantes universitários constituem a próxima geração de profissionais devidamente qualificada e alguns deles serão, porventura, líderes empresariais. São o futuro do mercado de trabalho. Interessa, portanto, saber a opinião dos estudantes universitários, que sejam conhecedores da informação financeira, para poder dar a conhecer o seu pensamento e apreciação ética sobre o fenómeno da manipulação. Assim, este estudo tem como objetivo conhecer o julgamento ético dos mestrandos em auditoria quanto à manipulação da informação empresarial, principalmente da informação financeira.

Após a presente introdução, o trabalho organiza-se em duas partes principais. A primeira é dedicada à revisão da literatura e na segunda descreve-se o estudo empírico realizado. Por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho e as referências bibliográficas.

2. Revisão de literatura

2.1 A informação financeira

A informação financeira consiste em toda a informação sobre as atividades financeiras de um indivíduo ou de uma empresa. Segundo Pereira (2006: 27), são vários os paradigmas associados ao conceito de informação financeira:

- O legalista, para servir de prova para todos os fins ao nível jurídico-legal, pois valoriza e quantifica os factos e ocorrências acontecidos durante determinado período de tempo;
- O económico, permitindo obter o conhecimento da situação económica da empresa e a medida do seu resultado, embora também indique a sua utilidade como apoio para previsões e para a fundamentação da tomada de decisões de gestão;

- O utilitarista, assente na ideia de que a contabilidade procura recolher e comunicar todas as informações importantes para a tomada de decisões a todos os níveis da organização. Assim, a utilidade e a oportunidade da informação são consideradas como um valor acrescentado necessário à vida de uma empresa. Esta realidade extravasou o nível privado da organização a que se refere, sendo os seus utilizadores não apenas os internos, mas estendendo-se aos externos (investidores, credores, fornecedores, autoridades fiscais ou reguladoras, etc.). Cada um possui um objetivo diferente e procura tomar as suas decisões o melhor possível, de acordo com o conhecimento da posição e desenvolvimento da organização que a informação financeira consegue fornecer.

Pereira (2006: 27) concluiu que “a evolução da informação financeira tem vindo a tentar adaptar-se de modo a aumentar o grau de fundamentação das decisões tomadas, tanto a nível interno, como externo às empresas, ou seja, tentam facilitar a tomada de decisões mais racionais, de acordo com as perspetivas futuras”.

A Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) sublinha que a informação financeira produzida por uma entidade tem como objetivo disponibilizar informações úteis para os utilizadores. A partir das demonstrações financeiras, relatórios de gestão e outras informações publicadas, os utilizadores podem apreciar a situação das entidades e tomar decisões mais adequadas.

A Estrutura Conceptual releva quatro características qualitativas principais que a informação deve conter para que possa cumprir esse objetivo de utilidade na tomada de decisões dos *stakeholders*: compreensibilidade, comparabilidade, relevância e fiabilidade.

A garantia da fiabilidade mostra-se indispensável para assegurar a qualidade da informação financeira e esta depende tanto da atuação dos preparadores da informação como dos mecanismos que atuam na sua verificação, sendo o principal deles, a auditoria. A auditoria tem a finalidade de monitorizar e credibilizar a qualidade da informação financeira fornecida pelas entidades (Almeida, 2005).

2.2 Manipulação da informação financeira

A manipulação de informação financeira, por ser um tema complexo, não detém uma definição consensual na literatura. São várias as expressões que descrevem esta prática, tais como alisamento dos resultados (*income smoothing*), contabilidade criativa (*creative accounting*), manipulação contabilística (*accounting manipulation*), gestão de resultados (*earnings management*) e manipulação de resultados (*earnings manipulation*). (Marques e Rodrigues, 2009)

Na generalidade, pode-se afirmar que as definições estão interligadas, mas enquanto umas apontam para a prática em si, outras apontam para o objetivo.

Nunes (2014) define alisamento de resultados como um método que visa diminuir a variação dos resultados estabelecendo-os em determinado nível nos diferentes exercícios económicos, através de decisões económicas ou através da flexibilidade existente nos princípios e normas contabilísticas, de forma a atingir uma meta ou satisfazer as expectativas dos utilizadores da informação financeira. A característica distintiva do alisamento face a outros tipos de manipulação de resultados, é a redistribuição dos gastos e rendimentos por diferentes exercícios económicos; o

objetivo fundamental é alisar a variabilidade de resultados, desviando resultados de “anos bons” para “anos maus” (Nunes, 2014).

A contabilidade criativa é uma certa manipulação de dados contabilísticos, empregando a flexibilidade e agilidade das normas para obter o objetivo da entidade, e que conduz à transformação de informação contabilística em algo enganoso para os seus utentes (Fernandes, 2012). A mesma autora salienta que as lacunas e opções contidas nas normas contabilísticas permitem que a contabilidade criativa se potencie dentro da legalidade normativa e, assim, vai ao encontro da ideia de que a contabilidade criativa nada tem a ver com práticas contabilísticas irregulares.

Os conceitos de manipulação dos resultados e de gestão dos resultados apresentam-se mais amplos, comparados com os dois anteriores. Para Villarroya (2003), enquanto a contabilidade criativa abrange as manipulações contabilísticas a nível de qualquer classe das demonstrações financeiras, a manipulação dos resultados visa somente os resultados. Todavia, uma vez que as manipulações efetuadas nos ativos e passivos se refletem nos resultados, pode-se dizer que a maioria destas constituem manipulações dos resultados.

De acordo com Moreira (2013), a manipulação de resultados é toda a atuação dos gestores com vista à alteração da informação financeira, de modo a camuflar o verdadeiro desempenho económico da empresa, servindo os interesses da própria ou dos gestores, em detrimento das outras partes ligadas contratualmente.

As ideias sobre a manipulação dos resultados dos autores acima referidos passam, essencialmente, pela presença nas situações em que os gestores utilizam a subjetividade presente nas normas para conseguirem moldar e alterar as demonstrações financeiras à sua maneira.

Associado a esta utilização das normas contabilísticas com fins manipulativos, está a assimetria de informação. Constitui um fenómeno económico que ocorre quando, numa relação de negócio, um lado tem mais e/ou melhor informação que o outro, causando uma vantagem. Acontecimento que ocorre, por exemplo, com gestores e acionistas, em que um tem mais e melhor acesso à informação do que o outro, que suporta a teoria da agência.

Scott (1997, *in* Mendes & Rodrigues, 2007) refere que é natural os gestores escolherem as políticas e normas que mais lhes convêm, tendo em vista a maximização da utilidade e do valor de mercado da sua empresa. No entanto, a maleabilidade permitida pelas normas contabilísticas pode manifestar-se em práticas com efeitos negativos para a qualidade e acesso à informação.

Importa salientar que, quando a flexibilidade da norma é usada no sentido de refletir uma imagem adequada e verdadeira da empresa, então esta prática não pode ser entendida como manipulação de resultados (Beneish, 2001). Segundo o mesmo autor, é possível distinguir entre:

- Manipulação de resultados oportunista, que consiste numa imagem distorcida da empresa com intuito de iludir os investidores e terceiros; e
- Manipulação de resultados informativa, que se resume na imputação nas demonstrações financeiras das expectativas dos gestores relativamente aos cash-flows futuros, originando um conteúdo mais esclarecedor.

Chega-se assim a uma questão central. Um determinado procedimento contabilístico pode ser considerado como tendo conteúdo informativo ou como sendo de

manipulação de resultados. Essa classificação depende da intenção da gestão. Ora, o problema é que a intenção da gestão não é observável, o que traz dificuldades à investigação empírica. No presente estudo, quando se referir a manipulação de informação financeira será relativamente à oportunista.

É de extrema importância saber que enquanto a manipulação de resultados implica uma escolha sem restrição praticada pelos gestores para alterarem o sentido desejado dos resultados, de acordo com os seus objetivos, a fraude é associada a uma prática mais grave que infringe a lei e regulamentos.

Murcia (2007) diferencia o “erro” como um ato não intencional, e “fraude” como um ato intencional de benefício próprio com determinada situação. Esta afirmação é concordante com a *International Standards on Auditing* (ISA) 240 – “As responsabilidades do auditor relativas à fraude numa auditoria de demonstrações financeiras”, segundo a qual as distorções na informação financeira podem determinar fraude ou erro, dependendo do facto ser ou não intencional. A ISA 240 descreve a fraude como sendo “um ato intencional cometido por um ou mais indivíduos entre a gerência, os encarregados da governação, os empregados ou terceiros, envolvendo o uso de enganar para obter uma vantagem injusta ou ilegal”.

De acordo com Wells (2009), citado por Roque (2013), as distorções na informação financeira resultantes de atos intencionais podem ser devidas a: apropriação indevida de ativos; relatórios fraudulentos; ou, corrupção.

2.3 Incentivos à manipulação da informação financeira

Ninguém decide uma ação a não ser que seja movido por algum tipo de incentivo. Os gestores das empresas não fogem à regra, e podem adotar medidas tendentes à manipulação de informação financeira a partir de incentivos positivos (expectativa de obtenção de um benefício) ou negativos (expectativa de evitar uma penalização) (Oliveira, 2008).

Há conhecimento de incentivos que movem os gestores num dado momento e em determinados contextos, revelando-se importante para os destinatários da informação proveniente das demonstrações financeiras. Assim, segundo Healy e Wahlen (1999) e Pinheiro (2008), identificam-se três grupos principais de motivações agrupados e baseados nos incentivos à realização da manipulação, que se aplicam às grandes economias¹: mercados de capitais, relações contratuais e fatores políticos.

Em Portugal, visto que é um país com características diferentes², os incentivos acima referidos deixam de fazer sentido (pelo menos com a mesma “intensidade”), originando o aparecimento de outros (Oliveira, 2008).

Moreira (2006), através de um estudo baseado em empresas de pequena dimensão, concluiu que a realidade portuguesa mostra dois grandes incentivos à manipulação de informação financeira. O primeiro dos quais é a diminuição do imposto sobre o rendimento, obtida pela manipulação com vista à diminuição dos resultados. O

¹ Um contexto económico e empresarial caracterizado por empresas geridas por gestores profissionais (que não são os proprietários) e auditadas pelas maiores empresas de auditoria. Onde também a contabilidade e o sistema fiscal possuem uma elevada independência, permitindo que as políticas contabilísticas refletidas nas demonstrações possam ser preteridas por outras na declaração fiscal, aquando do cálculo do imposto sobre o rendimento a pagar.

² Predominância de pequenas e médias empresas, mercado de capitais com reduzida dimensão e difícil acesso, contexto legal onde contabilidade e fiscalidade estão intrinsecamente ligadas e onde as principais fontes de financiamento são a banca e o Estado.

segundo vem ao encontro da necessidade que as empresas têm em recorrer ao sistema bancário para financiar as suas atividades que, segundo o autor, será tanto mais facilitado quanto melhor for o desempenho refletido nas demonstrações financeiras. Com isto, as empresas tenderão a manipular os seus resultados no sentido crescente, de forma a criar uma percepção de risco mais baixo.

2.4 A ética e a informação financeira

A palavra ética tem origem na palavra grega “ethos”, que significa costume e propriedade do carácter. É um ramo da filosofia que estuda aquilo que é considerado correto e adequado, o de saber como se deve viver.

Herkenhoff (2001), para poder explicar a ética, faz uma contraposição entre o mundo do “deve ser” (mundo dos juízos de valor) e o mundo do ser (mundo dos juízos de realidade).

Almeida (2014) define ética como o conjunto de princípios e valores morais que defendem as ações e decisões de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. O autor refere ainda que, para a sociedade funcionar de uma forma estável e serena, é necessário que as pessoas tenham comportamentos éticos, evitando-se, assim, que a sociedade se desintegre. Considera-se comportamentos “pouco éticos” como procedimentos que se desviam do consentimento geral da sociedade.

A ética é o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, adequado ou inadequado. Tal como se referiu anteriormente, um dos objetivos da ética é a procura de provas para as regras impostas pela “moral” e pelo “direito”. Esta reflexão sobre a ação humana é que caracteriza a ética.

A relação entre ética e a prática empresarial é um tema objeto de vários trabalhos de investigação.

Ahmad e Ramayah (2012) investigaram a prática de negócios ética e socialmente responsável nos negócios e o seu impacto no desempenho. Afirmam que os empresários devem estar conscientes do aumento da importância da ética num contexto comercial. Mais importante ainda, os profissionais de negócios devem reconhecer que a ética e o lucro não proporcionam “conflito”; eles podem funcionar juntos. Como tal, as empresas, grandes ou pequenas, devem continuar a adotar comportamentos éticos nos seus negócios.

Brown (2000), apesar de concluir que a ética está presente tanto no trabalho como na educação, aponta para a continuidade da educação ética mesmo após as pessoas estarem inseridas no mercado de trabalho, ação esta que deve ser impulsionada pelas administrações.

Os estudos de Bageac *et al.* (2011) e de Borkowski e Ugras (1998) mostram que a prática religiosa não influencia as questões éticas e que a idade não influencia diretamente os valores da ética.

Outros estudos analisaram a ética considerando variáveis exógenas, como, por exemplo, o de O’Leary e Cotter (2000) e de Curtis *et al.* (2012) em que analisaram a ética segundo a nacionalidade. Reidenbach e Robin (1990) desenvolveram uma escala de ética multidimensional, compreendendo três dimensões: equidade moral, relativismo e contratualismo. O modelo mostrou-se eficiente, para compreender o comportamento ético, tanto na área das finanças, como em outras áreas de conhecimento.

É importante saber que, havendo manipulação de informação financeira “legal”, o conceito de ética varia consoante as pessoas, os seus conhecimentos, as suas vivências. O que para um indivíduo é ético, pode não o ser para outro. Abordagem esta que será um ponto imprescindível para o nosso estudo empírico.

2.5 Perceção sobre a manipulação da informação financeira

Tal como as questões éticas variam de pessoa para pessoa, também as opiniões de analistas, investidores e estudantes podem diferir. A tolerância que uns podem ter, outros podem não ter, dependendo da profissão, da cultura, etc. São vários os estudos realizados que abordam a perceção da manipulação de informação financeira, considerando as opiniões de analistas, investidores e de estudantes.

A investigação de Elias (2004) mostra que os contabilistas têm uma relação negativa entre os padrões éticos da sua empresa e a sua opinião face à manipulação. Quanto mais alto (mais rígido) é o padrão ético da empresa, “mais antiética” é a sua visão sobre a manipulação da informação financeira.

O estudo de Barker e Imam (2008), sobre a perceção dos analistas, mostra que as informações provenientes das demonstrações financeiras têm um impacto muito forte na avaliação da qualidade dos resultados de uma empresa. Para os analistas, o modelo dominante da sua avaliação é o rácio price/earnings, destacando assim uma política de lucro sustentável, indispensável ao negócio.

Quanto à opinião dos investidores, Ayres (1994) e Penman e Zhang (2002) relacionam os métodos de manipulação a longo prazo com a própria qualidade dos métodos. Isto é, para os investidores, os seus ganhos são “sustentáveis” quando há uma forte qualidade executada no planeamento e implementação dos métodos de manipulação.

O trabalho de Hodge (2003) analisa também a opinião dos investidores, salientando que a perceção de baixa qualidade dos resultados leva a que estes examinem melhor as informações das empresas.

Ainda dentro da opinião dos investidores, Ayres (1994) e Atik (2009) apontaram a confiança como um ponto essencial da relação entre os investidores e as empresas. Isto é, por muito positivos que os resultados e os rácios sejam, os investidores têm de confiar nos responsáveis das empresas para haver uma decisão de investimento.

O estudo de Arlow e Ulrich (1988) abrange as questões da ética empresarial e as suas influências em estudantes universitários das áreas de finanças, contabilidade e auditoria. Os autores apontam para o ambiente familiar como a influência mais importante e a função “escola/universidade” como sendo menos importante para a determinação da ética empresarial. Concluem ainda que uma reflexão mais cuidadosa deve ser feita para “combinar propostas de reforma e fatores de influência, e aumentar os esforços de profundidade na mudança da ética das pessoas” (Arlow e Ulrich, 1988: 295).

Um estudo de Armstrong *et al.* (2003), com estudantes de contabilidade, defende uma mistura de abordagens para o desenvolvimento moral. Consiste num curso geral de ética, seguido por uma variedade de cursos específicos na área que ajudem os estudantes a perceber as questões éticas e a reforçar o pensamento ético. Os autores acreditam que o uso de diferentes abordagens aumenta a consciência e o raciocínio moral dos estudantes. Não menos importante, foi também a investigação de Weber e Glyptis (2000), Borkowski e Ugras (1998), O’Leary (2009) e Low *et al.* (2008) em que se apontou a educação de ética como sendo eficaz no desenvolvimento das

habilidades de raciocínio moral, sensibilidade ética e comportamentos éticos dos alunos.

A investigação de Fischer e Rosenzweig (1995) concluiu que os estudantes da área de contabilidade e de finanças criticam as transações manipuladas e o abuso das normas contabilísticas, definindo os contabilistas como “guardiões da confiança” ao dar credibilidade às demonstrações financeiras. Por outro lado, um estudo de Elias e Farag (2010) mostrou que os estudantes das áreas de contabilidade e finanças não percebem certos comportamentos como antiéticos e, portanto, são mais inclinados a enganar e iludir.

D’Aquila *et al.* (2004) realizou um estudo com estudantes e empresários, concluindo que uma boa abordagem aos estudantes sobre ética empresarial pode afetar positivamente o mundo dos negócios.

O estudo de Giancomino e Akers (2006) mostra que há um alto grau de desacordo entre os empresários e os estudantes, pois os resultados indicam que os alunos tendem a julgar as práticas de manipulação como mais éticas do que os empresários. Os autores concluem que se deve ao facto de os alunos não estarem interligados com o “mundo real” e sugerem que os cursos promovam palestras e discussões mais realistas com profissionais experientes.

Vários estudos indicam que os estudantes do sexo feminino são mais propensos a se comportar de forma ética do que os estudantes do sexo masculino. Destacam-se as investigações de Gupta *et al.* (2009), Borkowski e Ugras (1998), Purnamasari (2011), D’Aquila *et al.* (2004), Cagle *et al.* (2008), Eweje e Brunton (2010), Giancomino *et al.* (2006) e Bageac *et al.* (2011). Em contraste com as investigações de Betz *et al.* (1989), Mason e Mudrack (1996) e Clikeman *et al.* (2001) que afirmam não haver um padrão ao nível do género.

Como mais importante investigação para este trabalho está o de Bruns e Merchant (1990). Apesar do estudo ter sido dirigido a gestores, engloba ações e práticas bem conseguidas para uma análise de perceções. Por outro lado, o questionário foi usado posteriormente em vários estudos, conferindo-lhe validade, e conseguiu-se assim avaliar a perceção ética de gerentes, contabilistas e também de estudantes. A principal conclusão do estudo foi que a maioria dos gestores entrevistados considerou não ser errado fazer manipulação de resultados (Bruns e Merchant, 1990: 22). Destacam-se ainda outras conclusões relevantes:

- Os julgamentos variaram consideravelmente. Nenhuma das práticas foi unanimemente julgada como ética ou antiética.
- Em geral, os entrevistados consideraram que gerir resultados por meio de manipulações operacionais era mais ético do que gerir resultados por meio de manipulações contabilísticas.
- Gerir resultados para reduzi-los foi considerado mais aceitável do que gerir resultados para aumentá-los.
- A materialidade influiu nos julgamentos. Gerir valores pequenos foi considerado mais aceitável do que gerir valores maiores.
- O período de tempo influenciou os julgamentos. Gerir resultados para atingir o orçamento do trimestre foi considerado mais aceitável do que gerir resultados para atingir as metas anuais.

Bruns e Merchant (1990) recomendaram aos gestores que deixassem os padrões contabilísticos e operacionais mais claros e que exigissem o seu cumprimento.

Propuseram também que o controlo das atividades operacionais fosse da responsabilidade dos chefes de departamento operacionais e que se promovesse dentro e fora das empresas uma valorização de cultura de excelência operacional, contrariando assim a ideia dos objetivos e metas.

3. Estudo empírico

3.1 Questionário

Como o objetivo do presente estudo é recolher a perceção dos alunos de mestrados em auditoria em Portugal, começou-se por pesquisar as Instituições de Ensino Superior do país que possuem mestrado nesta área, tendo-se identificado as seis seguintes: Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Universidade Católica do Porto.

A população desta pesquisa abrange todos os alunos matriculados nos mestrados em auditoria das Instituições referidas, contudo, não é informação pública o número de alunos inscritos em cada curso. Tendo em conta o número de vagas fornecidos pelos *sites* das universidades e do *site* da Direção-Geral do Ensino Superior, estima-se a população em 240 indivíduos admitidos por ano letivo.

Para cumprir o objetivo do estudo, foi adotada a técnica do questionário, que consiste numa série de questões escritas a que os inquiridos devem responder.

O questionário do presente estudo foi distribuído durante o ano de 2017, através de contacto por e-mail, tendo sido disponibilizado uma hiperligação para preenchimento, desenvolvido na aplicação “Formulários” da google.

O inquérito consistiu, numa primeira parte, em quatro questões destinadas à caracterização do perfil global dos inquiridos. Na segunda parte, foram apresentados diversos acontecimentos independentes de uma empresa fictícia, em que os inquiridos, consoante o seu juízo, teriam de avaliar através de uma escala de 1 a 5 (“prática ética”, “prática questionável”, “infração menor”, “infração grave” ou “totalmente antiético”). O questionário incluía unicamente questões de resposta fechada, em que o inquirido somente podia selecionar a opção que mais se adequava à sua opinião. No Apêndice 1 consta o inquérito utilizado.

A elaboração deste questionário teve como base principal o utilizado por Bruns e Merchant (1990), no estudo já apresentado anteriormente. Foram acrescentadas três questões (Q4, Q6 e Q11) de autoria própria, não identificadas em outros estudos da mesma natureza.

A questão 4 apresenta uma situação em que a empresa, através do seu portal inserido na internet, pretende transmitir aos *stakeholders* uma imagem diferente da realidade quanto à sua situação financeira. As questões 6 e 11 não se referem a aspetos da informação financeira, visando perceber a ética profissional na relação com os clientes e os potenciais colaboradores. Estas novas questões procuram obter as perceções dos inquiridos sobre a atuação das organizações nas suas relações com os *stakeholders*.

Todos os inquiridos recebidos foram considerados válidos, num total de 103 respostas, exceto um deles que foi considerado inválido a partir da questão 6. Os dados foram editados e tratados com recurso ao software IBM SPSS Statistics versão 24, utilizando um nível de significância de 5%.

Não foi possível concretizar a relação com duas das variáveis previstas. Relacionar o tipo de resposta com a idade não se considerou viável devido a uma grande concentração dos inquiridos na faixa etária entre os 20 e 24 anos, contrastando com a classe etária com mais de 40 anos (com baixo número de inquiridos). Por isso, a distribuição dos inquiridos segundo a idade não permitiu criar um padrão.

Também relacionar a região de procedência com a resposta não se considerou exequível. Isto deveu-se pelo facto de se ter questionado o distrito onde frequenta o mestrado (e não o de proveniência), o que conduziu a uma certa concentração de respostas, e também devido às regiões consideradas serem demasiado amplas.

3.2 Análise e discussão dos resultados

Este estudo teve um total de 103 respostas. Cerca de 70% dos indivíduos estão compreendidos entre os 20 e os 29 anos, 15,5% entre 30 e 34, 7,8% entre 35 e 39 e os restantes 5,8% têm mais de 40 anos.

Em termos de género, as respostas foram equilibradas, em que 46 são do sexo masculino e 57 são do sexo feminino.

Na distribuição geográfica dos mestrados, obteve-se cerca de 47,5% de respostas do distrito de Coimbra, 35% do distrito do Porto e 17,5% do distrito de Braga.

Sobre a caracterização ao nível da situação profissional, 42 inquiridos não estão empregados e 61 estão empregados nas áreas de contabilidade, finanças ou auditoria.

A tabela 1 sintetiza, em termos absolutos e relativos, a distribuição das respostas segundo as características dos inquiridos.

Tabela 1 – Caracterização dos inquiridos

Características		Freq. (N = 103)	%
Idade	Entre 20 e 24	39	37,9
	Entre 25 e 29	34	33
	Entre 30 e 34	16	15,5
	Entre 35 e 39	8	7,8
	Entre 40 e 44	4	3,9
	Igual ou mais de 45	2	1,9
Género	Masculino	46	44,7
	Feminino	57	55,3
Distrito	Coimbra	49	47,5
	Porto	36	35
	Braga	18	17,5
Trabalha na área	Não	42	40,8
	Sim	61	59,2

Fonte: Elaboração própria

O questionário distribuído aos estudantes dos mestrados em auditoria, como foi referido anteriormente, teve por base o utilizado no estudo de Bruns e Merchant (1990), com uma leve adaptação. Releva assim, na discussão dos resultados, ter em conta os resultados do estudo destes autores.

Releva ainda considerar os resultados de sete estudos posteriores (Rosenzweig & Fischer, 1994; Merchant & Rockness, 1994; Fischer & Rosenzweig, 1995; Clikeman *et al.*, 2001; Giacomino *et al.*, 2006; Jooste, 2011; Cuzdriorean, 2013), que utilizaram o mesmo questionário para avaliar estudantes e profissionais da área consoante o género, o nível de escolaridade e a situação profissional.

Ainda assim, a presente investigação difere das anteriormente referidas, na medida em que os inquiridos são estudantes portugueses (nacionalidade ainda não estudada) e de mestrado (2º ciclo). Para além de se distinguir pelo facto de possuir três questões novas, uma referida a informações falsas no *site* da empresa (Q.4), outra que destaca a negligência (alíneas a) e b) da Q.6) e, finalmente, uma terceira que visa a possível discriminação de género no processo de recrutamento (Q.11).

Para uma mais fácil discussão dos resultados obtidos, na tabela 2 compara-se os resultados obtidos no presente estudo com os disponíveis nas diversas investigações anteriores, com base nos acontecimentos equivalentes.

Tabela 2 - Distribuição das classificações médias de estudos que usaram o inquérito de Bruns e Merchant (1990)

	Nosso estudo	Rosenzweig e Fischer (1994)	Merchant e Rockness (1994)	Fischer e Rosenzweig (1995)	Clikeman <i>et al.</i> (2001)	Giacomino <i>et al.</i> (2006)	Jooste (2011)	Cuzdriorean (2013)
1.a	2,36	1,62	1,81	1,98	2,81	2,88	2,98	2,46
1.b	3,29	1,88	2,09	2,29	3,56	3,42	3,18	2,05
2.	3,67	3,29	3,42	3,27	2,96	3,62	3,54	2,56
3.a	1,62	1,81	1,96	1,70	2,24	2,10	2,47	2,42
3.b	1,46	1,30	1,31	1,42	2,08	1,67	2,19	2,00
3.c	1,50	1,25	1,25	1,41	1,73	1,79	2,40	2,44
5.	3,61	3,27	3,27	2,96	2,76	2,76	2,89	3,03
7.a	2,47	3,50	3,59	3,11	2,55	2,91	3,00	3,15
7.b	3,25	3,71	3,69	3,43	3,16	3,47	2,70	3,34
8.	3,66					3,10		
9.a	3,02	3,24	3,76	2,89	2,79	3,92	3,20	3,05
9.b	3,78	4,15	4,05	3,75	3,76	3,90	3,76	3,40
10.a	2,54					3,74		
10.b	2,46					3,39		
Média	2,72	2,63	2,75	2,56	2,76	2,87	2,88	2,66

A questão 1.a teve classificações médias algo idênticas comparando com os outros estudos. É considerada, pelos mestrandos portugueses, como “prática questionável” (média entre 1,51 e 2,50) tal como nas investigações de Rosenzweig e Fischer (1994), de Merchant e Rockness (1994) e de Fischer e Rosenzweig (1995).

A situação 1.b teve, em média, uma classificação que permite dizer que é vista como “infração menor” (média entre 2,51 e 3,50) pelos mestrandos do nosso estudo, tal como nas investigações de Jooste (2011) e de Giacomino *et al.* (2006), contrastando com as opiniões dos inquiridos dos cinco outros estudos.

A situação 2 teve, em média, uma classificação que permite dizer que é vista como “infração grave” (média entre 3,51 e 4,50) pelos inquiridos do nosso estudo, assim como aconteceu nas investigações de Jooste (2011) e de Giacomino *et al.* (2006), contestando os resultados dos cinco outros estudos.

A pergunta 3.a teve uma classificação média idêntica às sete investigações. Foi vista pelos mestrandos em auditoria como “prática questionável”, resultado igual obtido pela totalidade das investigações descritas.

As situações 3.b e 3.c tiveram classificações médias algo idênticas comparando com os outros estudos. São consideradas, pelos mestrandos portugueses, como “prática ética” (média inferior ou igual a 1,50) tal como aconteceu nas investigações de Rosenzweig e Fischer (1994), de Merchant e Rockness (1994) e de Fischer e Rosenzweig (1995).

Fonte: Elaboração própria

A questão 5 teve uma classificação média que permite dizer que é vista como “infração grave” pelos mestrandos, resultado que não se encontrou em nenhuma das investigações abordadas.

Em média, os mestrandos classificaram a questão 7.a como “prática questionável” e, tal como na questão 5, não se encontrou resultado idêntico em nenhuma das investigações.

A situação 7.b teve, em média, uma classificação que permite dizer que é vista como “infração menor” pelos inquiridos neste estudo. Tal acontece também nas investigações de Fischer e Rosenzweig (1995), Clikeman *et al.* (2001), Jooste (2011), Giacomino *et al.* (2006) e Cuzdriorean (2013), contrastando com as opiniões dos inquiridos dos dois outros estudos.

Em média, os mestrandos classificaram a questão 8 como “infração grave”, resultado que não se obteve na investigação de Giacomino *et al.* (2006).

A questão 9.a teve uma classificação média que permite dizer que é vista como “infração menor” pelos mestrandos da nossa investigação, seguindo as médias das investigações de Rosenzweig e Fischer (1994), Fischer e Rosenzweig (1995), Clikeman *et al.* (2001), Jooste (2011) e de Cuzdriorean (2013).

Quanto à opinião dos mestrandos na pergunta 9.b, os resultados desta não se afastaram da média verificada em outros estudos, visto a “infração grave” apenas não ter sido notada na investigação de Cuzdriorean (2013).

Tal como no estudo de Bruns e Merchant (1990), também neste trabalho a materialidade influenciou as classificações. “Gerir” valores pequenos de resultados, para os mestrandos em auditoria, foi considerado mais aceitável do que “gerir” valores maiores.

A opinião dos mestrandos de auditoria evidencia uma desigualdade nas classificações nas questões 10.a e 10.b. No nosso estudo a opinião média posiciona a 10.a como “infração menor” e a 10.b como “prática questionável”, diferenciando-se do estudo de Giacomino *et al.* (2006), única investigação com resultados disponíveis.

A média total das avaliações foi de 2,72, o que se equipara às médias totais das restantes investigações, podendo afirmar-se que, em média, os inquiridos do nosso estudo avaliaram as práticas como “infração menor”.

Quanto às quatro questões que não foram abordadas acima, isto deve-se ao facto de não possuírem termo de comparação, uma por falta de informação e as restantes terem sido introduzidas neste estudo. Ainda assim:

- A prática 4 teve uma classificação média de 4,61, o que se significa que é a única ação apreciada como “totalmente ética”;
- A prática 6.a foi avaliada em 3,87, considerada assim, em média, pelos inquiridos do nosso estudo, como “infração grave”;
- Como a prática 6.b teve uma classificação média de 4,11, é vista como uma “infração grave”;
- A prática 11 teve uma classificação média de 2,33, sendo assim avaliada como “prática questionável”.

Com base nas classificações médias, neste estudo identificou-se uma como “totalmente antiética” (média superior a 4,5). Encontrou-se também os seguintes factos:

- Duas questões classificadas como “prática ética” (média igual ou inferior a 1,50)
- Cinco classificadas como “prática questionável” (média entre 1,51 e 2,50)
- Quatro classificadas como “infração menor” (média entre 2,51 e 3,50)
- Cinco classificadas como “infração grave” (média entre 3,51 e 4,50)

As classificações centram-se nos níveis 2, 3 e 4 das práticas, por parte dos mestrandos em auditoria, já que apenas duas questões foram consideradas como “prática ética” e uma como “totalmente antiética”, isto significa que em duas situações os inquiridos nada fariam porque aceitavam as práticas, e apenas por uma vez despediriam a pessoa envolvida. Além disso, cinco questões foram classificadas como “prática questionável”, pelo que os inquiridos não abordariam a pessoa envolvida na prática, embora causasse algum desconforto. Além disso, quatro ações foram avaliadas em “infração menor”, em que os mestrandos consideraram que a pessoa em causa deve ser advertida para não se envolver na prática novamente. E, por fim, em cinco situações os inquiridos consideram que a pessoa em causa deve ser severamente repreendida, pela avaliação em “infração grave”.

O presente estudo não encontrou evidências suficientes (apenas em duas situações) para afirmar que o género afeta significativamente os julgamentos sobre a aceitabilidade ética das práticas em análise. Também nos estudos de Clikeman *et al.* (2001), de Cuzdriorean (2013) e outras investigações sobre a temática, estudantes do sexo feminino e masculino entenderam da mesma forma as questões éticas na

prática. Cuzdriorean (2013) considerou que a razão deste facto é porque os cenários não possuem um componente interpessoal explícito.

Também através dos resultados deste estudo, não se pode afirmar que a situação profissional, nomeadamente ter ou não experiência profissional na área, seja determinante no tipo de resposta escolhido por parte dos mestrandos. Ainda assim, em cinco questões foi possível verificar discrepâncias: três delas mostraram uma visão rígida por parte dos inquiridos que não trabalham na área, enquanto que nas outras duas foram os profissionais da área a serem mais rígidos. Também na investigação de Fischer e Rosenzweig (1995) não foi possível encontrar suporte sustentável para este tipo de relação.

4. Conclusão

A percepção sobre a manipulação de informação financeira tende a variar consoante o padrão ético de cada indivíduo. Bruns e Merchant (1990) referem que a chave para o comportamento moral é a obrigação de olhar para as preocupações dos outros, isto é, para além do interesse próprio.

Para construir o questionário utilizou-se como base o estudo de Bruns e Merchant (1990), de modo a conseguir uma comparação com os resultados de pesquisas anteriores que utilizaram o mesmo instrumento. Os resultados mostraram que a hipótese de haver relação entre o género e o tipo de classificação escolhida é nula, embora as mulheres tenham uma avaliação como sendo menos ética em maior número de ações de manipulação de informação financeira do que os homens (diferença mínima e não suficiente a nível estatístico). Também a hipótese de haver relação entre a situação profissional e o tipo de classificação teve o mesmo desfecho, embora os mestrandos que trabalham na área tenham tido, em média, uma classificação mais ética sobre as situações expostas, ainda que numa diferença mínima.

Quanto aos resultados obtidos do questionário, constatou-se que, em regra, o entendimento do que é prática ética e prática antiética diferem de pessoa para pessoa (em doze situações, as cinco classificações foram escolhidas pelo menos uma vez). O julgamento que cada um faz das mesmas situações não é, portanto, similar, pois é algo pessoal, dependendo dos valores e padrões pessoais do certo e errado.

Este estudo apresenta algumas limitações ao nível do uso do instrumento de pesquisa. Primeiramente, porque os cenários e o texto das ações estão sujeitos a interpretação. Disso decorre a eventual possibilidade de alguns estudantes não terem entendido completamente a prática descrita no questionário ou os cenários incluídos. Por outro lado, porque o número de respostas obtido foi limitado, para permitir a extrapolação de resultados.

Trata-se este de um tema de suma relevância que justifica o desenvolvimento em trabalhos futuros, nomeadamente recorrendo a um questionário mais aprofundado e garantindo maior número de respostas, para uma melhor comparação e conclusões mais amplas. O facto da situação profissional e do género não terem tido influência no nosso estudo, podem derivar da limitação da amostra, possível de colmatar em uma investigação com maior representatividade. Seria ainda interessante para estudos futuros efetuar um confronto entre os profissionais da área, consoante os anos de

experiência, de forma a criar um padrão que seja claro ou estabelecer relações entre faixa etária e nível de experiência com a percepção ética.

Referências bibliográficas

- Ahmad, N. & Ramayah, T. (2012). *Does the notion of “doing well by doing good” prevail among entrepreneurial ventures in a developing nation?* Journal of Business Ethics. Vol. 106, pp. 479-490.
- Almeida, B. (2005). *Análise comparativa das filosofias de auditoria*. Revista Contabilidade & Finanças. USP. Vol. 1, Nº 37, pp. 85-102.
- Almeida, B. (2014). *Manual de auditoria financeira: uma análise integrada baseada no risco*. Lisboa: Escolar Editora.
- Arlow, P. & Ulrich, T. (1988). *A longitudinal survey of business school graduates’ assessments of business ethics*. Journal of Business Ethics. Vol. 7, pp. 295-302.
- Armstrong, M., Ketz, J. & Owsen, D. (2003). *Ethics education in accounting: moving toward ethical motivation and ethical behavior*. Journal of Accounting Education. Ed. 21, pp. 1-16.
- Atik, A. (2009). *Detecting income-smoothing behaviors of Turkish listed companies through empirical tests using discretionary accounting changes*. Critical Perspectives on Accounting. Vol. 20, nº 5, pp. 591-613.
- Ayres, F. (1994). *Perceptions of earnings quality: what managers need to know*. Strategic Finance. Vol. 75, nº 9, p. 27.
- Bageac, D., Furrer, O. & Reynaud, E. (2011). *Management students’ attitudes toward business ethics: a comparison between France and Romania*. Journal of Business Ethics. Vol. 98, pp. 391-406.
- Barker, R. & Imam, S. (2008). *Analysts’ perceptions of “earnings quality”*. Accounting and Business Research. Vol. 38, nº 4, pp. 313-329.
- Beneish, M. (2001). *Earnings management: a perspective*. Managerial Finance. Vol. 27, pp. 3-17.
- Betz, M., O’Connell, L. & Shepard, J. (1989). *Gender differences in proclivity for unethical behavior*. Journal of Business Ethics. Vol. 8, nº 5, pp. 321-324.
- Borkowski, S. & Ugras, Y. (1998). *Business students and ethics: a meta-analysis*. Journal of Business Ethics. Vol. 17, pp. 1117-1127.
- Brown, B. (2000). *The academic ethics of graduate business students: 1993 to 1998*. The Journal of Applied Business Research. Vol. 16, nº 4, pp. 105-112.
- Bruns, W. J., Jr. e Merchant, K. A. (1990). *The dangerous morality of managing earnings*. Management Accounting. Vol. 72, nº2, pp. 22-25.
- Cagle, J., Glasgo, P. & Holmes V. (2008). *Using ethics vignettes in introductory finance classes: impact on ethical perceptions of undergraduate business students*. Journal of Education for Business. Novembro/dezembro, pp. 76-83.
- Clikeman P., Greiger M. & O’Connell B. (2001). *Student perceptions of earnings management: the effects of national origin and gender*. Teaching Business Ethics. Vol. 5, nº 4, pp. 389-410.
- Curtis, M., Conover, T. & Chui, L. (2012). *A cross-cultural study of the influence of country of origin, justice, power distance, and gender on ethical decision making*. Journal of International Accounting Research. Vol. 11, nº 1, pp. 5-34.
- Cuzdriorean, D. (2013). *Students attitudes regarding the ethics of earnings management activities: an empirical investigation*. Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica. Vol. 15, nº 2, pp. 417-423.
- D’Aquila, J., Bean, D. & Procaro-Foley, E. (2004). *Students’ perception of the ethical business climate: a comparison with leaders in the community*. Journal of Business Ethics. Vol. 51, pp. 155-166.
- Dechow, P. e Skinner, D. (2000). *Earnings management: Reconciling the views of accounting academics, practitioners, and regulators*. Accounting Horizons. Vol. 14, nº2, pp. 235-250.

- Elias, R. (2004). *An examination of business students' perception of corporate social responsibilities before and after bankruptcies*. Journal of Business Ethics. Vol. 52, nº 3, pp. 267-281.
- Elias, R. & Farag, M. (2010). *The relationship between accounting students' love of Money and their ethical perception*. Managerial Auditing Journal. Vol. 25, nº 3, pp. 269-281.
- Eweje, G. & Brunton, M. (2010). *Ethical perceptions of business students in a New Zealand university: do gender, age and work experience matter?* Business Ethics: A European Review. Vol. 19, nº 1, pp. 95-111.
- Fernandes, S. (2012). *A contabilidade criativa e os fatores capazes de prevenir a manipulação contabilística: análise econométrica às empresas portuguesas*. Dissertação. Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão.
- Fischer, M. & Rosenzweig, K. (1995). *Attitudes of students and accounting practitioners concerning the ethical acceptability of earnings management*. Journal of Business Ethics. Vol. 14, pp. 433-444.
- Giancomino, D., Bellovary, J. & Akers, M. (2006). *The ethics of managing short-term earnings: business managers and business students rate earnings management practices – implications for academia*. Journal of College Teaching & Learning. Vol. 3, nº 7, pp. 57-70.
- Gupta, S., Cunningham, D. & Arya, A. (2009). *A comparison of the ethics of business students: stated behavior versus actual behavior*. Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues. Vol. 12, nº 2, pp. 103-122.
- Healy, P. e Whalen, J. (1999). *A Review of Earnings Management Literature and its Implications for Standard Setting*. Accounting Horizons. Vol. 13, pp. 365-383.
- Herkenhoff, J. (2001). *Direitos humanos: uma ideia, muitas vozes*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Santuário.
- Hodge, F. (2003). *Investors' perceptions of earnings quality, auditor independence, and the usefulness of audited financial information*. Accounting Horizons. Vol. 17, pp. 37-48.
- Jooste, L. (2011). *A Comparison of Ethical Perceptions of Earnings Management Practices*. South African Journal of Economic and Management Sciences. Vol. 14, nº 4, pp. 422-435.
- Lin, C. & Ho, Y. (2008). *An examination of cultural differences in ethical decision making using the multidimensional ethics scale*. Social Behavior and Personality. Vol. 36, nº 9, pp. 1213-1222.
- Low, M., Davey, H. e Hooper, K. (2008). *Accounting scandals, ethical dilemmas and educational challenges*. Critical Perspectives on Accounting. Vol. 19, pp. 222-254.
- Mason, E. & Mudrack, P. (1996). *Gender and ethical orientation: a test of gender and occupational socialization theories*. Journal of Business Ethics. Vol. 15, nº 6, pp. 599-604.
- Marques, M. e Rodrigues, L. (2009). *A Problemática do Earnings Management e suas Implicações*. Jornal de Contabilidade da APOTEC. Pp. 325-339.
- Mendes, C. & Rodrigues, L. (2007). *Determinantes da Manipulação Contabilística*. Revista de Estudos Politécnicos. Vol. IV, nº 7, pp. 189-210.
- Merchant K. & Rockness J. (1994). *The Ethics of Managing Earnings: An Empirical Investigation*. Journal of Accounting and Public Policy. Vol. 13, pp. 79-94.
- Moreira, J. (2006). *Earnings Management to avoid losses: evidence for Portuguese private firms*. Working paper. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Moreira, J. (2013). *Pode um investigador medianamente diligente detetar a manipulação dos resultados das empresas? Estudo do caso Worldcom*. Working paper nº 29/2013, Observatório de Economia e Gestão de Fraude. Edições Húmus. 1ª edição.
- Murcia, F. (2007). *Relevância dos red flags na deteção do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Nogueira, M. (2014). *A manipulação dos resultados contabilísticos*. Visão. <http://visao.sapo.pt/opiniaosilncioda fraude/2014-11-13-A-manipulacao-dos-resultados-contabilisticos-1>
- Nunes, R. (2014). *As implicações das práticas de alisamento de resultados na qualidade da informação*. Revisores & Auditores. Jan-Mar, Nº64, pp. 32-40.
- O'Leary, C. (2009). *An empirical analysis of the positive impact of ethics teaching on accounting students*. Accounting Education. Vol. 18, nº 4/5, pp. 505-520.
- O'Leary, C. & Cotter, D. (2000). *The ethics of final year accountancy students: comparison*. Managerial Auditing Journal. Vol. 15, nº 3, pp. 108-115.
- Oliveira, M. (2008). *Manipulação dos resultados por empresas em dificuldades financeiras: estudo para um caso português*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais, Especialização em Contabilidade. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Penman, S. & Zhang, X. (2002). *Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns*. The Accounting Review. Vol. 77, nº 2, pp. 237-264.
- Pereira, A. (2006). *Revisão da informação financeira – prospectiva*. Revisores & Empresas. Vol. 34, pp. 26-35.
- Pinheiro, A. (2008). *Candidatura a subsídios de investimento e manipulação dos resultados: um estudo para o caso português*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais, Especialização em Contabilidade. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Purnamasari, D. (2011). *The ethics of accounting students: a comparative study*. Journal of Economics, Business and Accountancy. Vol. 14, nº 3, pp. 269-276.
- Reidenbach, R. & Robin, D. (1990). *Toward the development of a multidimensional scale for improving evaluations of business ethics*. Journal of Business Ethics. Vol. 9, pp. 639-653.
- Roque, P. (2013). *Auditor Forense - Contributo para a definição de uma nova profissão em Portugal*. XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. Lisboa. Disponível em: <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/128.pdf>
- Rosenzweig K., Fischer M., (1994). *Is Managing Earnings Ethically Acceptable?* Management Accounting. Vol. 75, nº 9, pp. 31-34.
- Sá, A. & Hoog, W. (2005). *Corrupção, fraude e erro*. Curitiba: Editora Juruá.
- Villarroya, M. (2003). *Alteraciones y Manipulaciones de la Contabilidad*. Tese de Doutoramento. Universidad de Valladolid.
- Weber, J. & Glyptis, S. (2000). *Measuring the impact of a business ethics course and community service experience on students' values and opinions*. Teaching Business Ethics. Vol. 4, pp. 341-358.
- Wendt, E. & Jorge, H. (2013). *Crimes cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação*. 2ª edição. Brasport.

Apêndice 1 – Questionário

1. A gerência instruiu os seus empregados a adiar algumas despesas de viagens e outras referentes a ajudas de custo para o período seguinte, para que fossem atingidas as metas orçamentadas. Valor do diferimento: 100.000€. a) As despesas foram adiadas a partir de fevereiro e março para junho, de modo a atingir as metas do primeiro trimestre. b) As despesas de novembro e dezembro foram adiadas para março, a fim de atingir a meta anual.

2. Em 15 de dezembro do ano X, um empregado fez uma encomenda de material de escritório no valor de 3.000€, que foi entregue a 29 de dezembro. Este pedido contrariou uma ordem da gerência no sentido deste tipo de despesas não ser já incorrido no presente ano fiscal. O manual de políticas contabilísticas afirma que os materiais de escritório devem ser registados como um gasto quando entregues. A gerência foi alertada para o sucedido e, para corrigir a situação, ordenou que o departamento de contabilidade não registasse a fatura até fevereiro.

3. Em setembro do ano X, a gerência percebeu que iria precisar de um forte desempenho no último trimestre do ano, a fim de atingir as suas metas. a) Decidiu implementar um programa de vendas oferecendo condições de pagamento mais amplas para antecipar vendas que normalmente ocorrem no primeiro trimestre; os clientes que aceitassem a entrega no 4º trimestre teriam um prazo de pagamento de 120 dias. b) Deu instruções aos empregados fabris para trabalharem horas extra em dezembro para que tudo ficasse pronto a ser enviado até ao final do ano. c) Vendeu alguns ativos excedentes.

4. Através do *site* da empresa, o departamento de Marketing, a pedido da gerência, adulterou alguns dados financeiros com vista à projeção da imagem e das vendas da empresa.

5. No início de dezembro do ano X, a gerência percebeu que a empresa iria exceder as suas metas orçamentadas para o lucro desse ano. Decidiu impor ao departamento de contabilidade para antecipar o pagamento de algumas despesas (por exemplo: quartos de hotel, despesas para exposições) referentes a março do ano seguinte e registá-las como despesa do presente ano. Montante: 60.000 €.

6. Na sequência de uma venda e prestação de serviço a um cliente, este lamentou o deficiente serviço prestado e a antipatia dos colaboradores da empresa. Acreditando ter razões para processar a empresa, procedeu à queixa propriamente dita. Como não tinha os recursos suficientes para continuar o processo, foi aconselhado pelos advogados a abandonar. Mais tarde, 3 clientes queixaram-se do mesmo e acabaram por abandonar o processo pela mesma razão. Com isto, a gerência voltou a defender os seus colaboradores e nada fez internamente. a) Papel dos colaboradores. b) Papel da gerência.

7. No início de dezembro do ano X, vendeu-se 70% do *stock* obsoleto, e um cliente tinha indicado algum interesse em comprar o resto desse inventário no ano seguinte. A gerência ordenou ao seu contabilista para preparar a justificativa para a redução da reserva para obsolescência em 1.200,00€. A motivação da gerência para “recapturar” o lucro foi: a) Para ser capaz de continuar a trabalhar em alguns projetos importantes de desenvolvimento de produtos, que possam vir a ter de ser adiados devido a restrições orçamentais. b) Para atingir metas de lucro orçamentadas.

8. Durante o início do ano, a empresa investiu em alguns instrumentos financeiros. O insucesso foi tal que, pouco tempo depois, a gerência decidiu vender o que conseguisse. Em julho de X, a gerência percebeu que a conta de gastos relacionada estava bastante elevada em relação ao previsto. Deu instruções ao contabilista para “enterrar” a maior parte destes gastos em outras contas de gastos, onde eles não seriam notados. Esta ação tornou-se num hábito e durante o restante período do ano foram “enterrados” cerca de 60.000€. Efeito sobre o lucro líquido: 0€

9. Em novembro de X, a empresa estava com sérias dificuldades em atender ao orçamento planeado. A gerência abordou o sócio gerente de uma empresa de consultoria, que estava a prestar vários serviços para a empresa, e pediu para que não enviasse as faturas do trabalho feito até ao início do ano seguinte. Havendo uma relação forte extraprofissional entre as duas partes, o sócio acabou por aceitar. O serviço prestado, mas não faturado estava avaliado em: a) 1.500 €. b) 21.000 €.

10. O departamento de vendas teve uma ideia para um novo produto. Pediu então para que a equipa de marketing conduzisse algumas entrevistas e um estudo de campo para determinar o potencial do mercado, e também solicitou ao departamento de contabilidade para estimar os custos de entrada no mercado. As projeções indicaram apenas um retorno de 22%, quando o retorno desejado para o negócio era de 35%. No entanto, ainda convencido de que o produto era uma boa ideia, o chefe de departamento de vendas projetou as vendas e baixou custos para mostrar os 35% de retorno previsto. A gerência da empresa estava preocupada com outros problemas, e não questionou as projeções. Assim, o novo produto foi aprovado. a) Depois de 18 meses de vendas, o produto teve um retorno de 22%. b) Depois de 18 meses de vendas, o produto teve um retorno de 35%.

11. Num processo de recrutamento para a área de atendimento ao cliente, havia quatro pessoas, duas do sexo masculino e duas do sexo feminino, para ocupar duas vagas. Foram selecionadas as duas mulheres. Como os 4 candidatos se conheciam entre si, os dois homens sentiram-se prejudicados e pediram justificações ao departamento de Recursos Humanos, sublinhando que as suas qualificações eram melhores que as das duas mulheres admitidas.